Aula 4

A IGREJA NA ALTA IDADE MÉDIA

META

Analisar as características gerais da Igreja na Alta Idade Média e suas relações com as transformações culturais, sociais e políticas no período em destaque.

OBJETIVOS

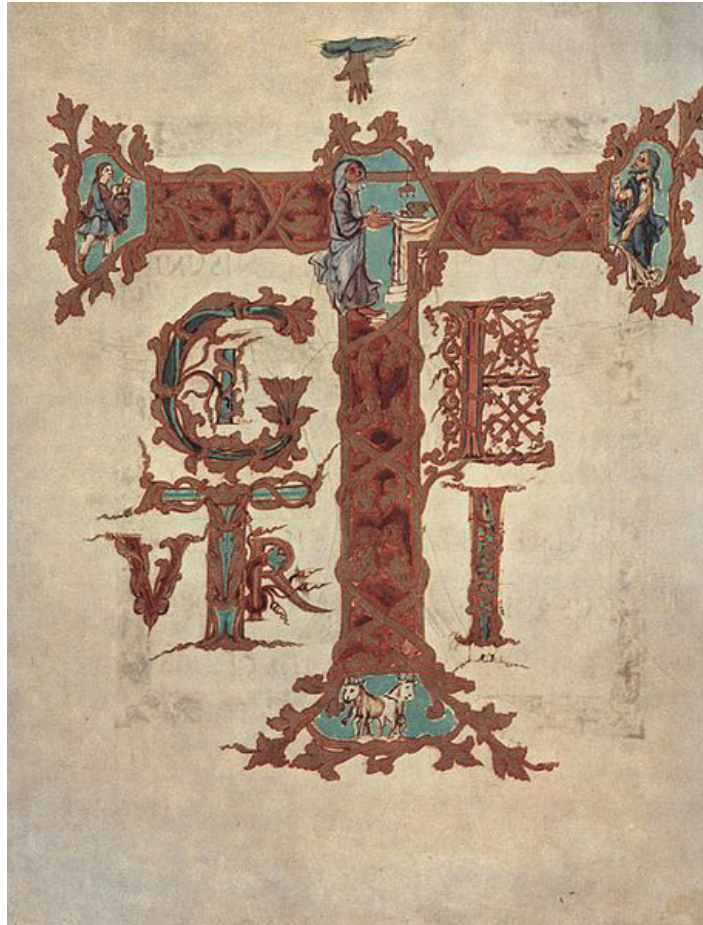
Ao final desta aula, o aluno deverá:

Identificar o Cristianismo, ao lado das invasões germânicas, como um dos fatores explicativos para a desestruturação do Império Romano do Ocidente;

Identificar na Igreja Medieval os elementos reminiscentes das estruturas estatais do Império Romano Ocidental;

Identificar as transformações culturais, sociais e políticas da Alta Idade Média por meio do estudo das características institucionais da Igreja.

Lenalda Andrade Santos
Bruno Gonçalves Alvaro

INTRODUÇÃO

Sacramentaire de Drogo. (Disponível em: http://www.bnf.fr)

Apesar de não estar evidenciado no título dessa aula, nos dedicaremos a analisar, *grosso modo*, as características da Igreja Ocidental na Alta Idade Média, tendo que optar, assim, por deixar de fora da nossa síntese a Igreja do Oriente, ou como é comumente conhecida, Bizantina.

Ao mesmo tempo, não podemos ignorar que o Cristianismo foi, ao lado das chamadas "invasões bárbaras", um dos fatores para a desestruturação do Império Romano do Ocidente. Essa mesma religião, quando da desfragmentação política do Império, torna-se o pilar político e mesmo social romano nas cidades, uma vez que nesse momento são os bispos que permanecem nelas, enquanto a aristocracia, por exemplo, se refugia nos seus grandes domínios rurais.

Sendo assim, de pouco em pouco, essa Igreja foi tomando forma e presença atuante nessa civilização em florescimento a qual denominamos Medieval.

A DIVERSIDADE DA IGREJA NA ALTA IDADE MÉDIA

Entre os séculos V e VII, mesmo com a continuidade das diversas "invasões bárbaras" em um primeiro momento e, de pouco em pouco, a formação dos reinos germânicos, assim como a construção de uma hegemonia franca sob eles, é possível observarmos o papel fundamental dos bispos no Ocidente cristão como "pilares incontestáveis da Igreja" (BASCHET, 2006, p. 63).

Como demonstra Jérôme Baschet,

> Eles captam em seu benefício o que subsiste das estruturas urbanas romanas, de modo que, ao passo que seu prestígio cresce, a função episcopal é investida pela aristocracia, especialmente a senatorial. Essa aristocratização da Igreja, bastante saliente na Gália do Sul e na Espanha, assegura a manutenção de uma rede de cidades episcopais nas mãos de homens bem formados, escorados por famílias poderosas e que sabem governar. O bispo é, então, a principal autoridade urbana, concentrando em si poderes religiosos e políticos: ele é juiz e conciliador, encarnação da lei e da ordem, "pai" e protetor de sua cidade. E o bispo não pretende cumprir esse papel apenas com suas forças humanas; ele tem necessidades, nesses tempos conturbados, de uma ajuda sobrenatural, que ele encontra junto aos santos, cujo culto constitui uma extraordinária invenção desse período (BASCHET, 2006, p. 63).

Como vimos na aula anterior, com a desfragmentação do Império Romano do Ocidente houve o surgimento paulatino dos reinos germânicos. Com isso, a Igreja Medieval, ela também fator para tal "ruína" imperial, passa a se considerar, por meio da atuação política engajada dos seus bispos nas cidades, até meados dos séculos VII e VIII a herdeira das estruturas políticas romanas.

Porém, nos questionamos: qual as características gerais que podemos destacar dessa Igreja ocidental institucionalizada e que, como veremos, exercerá sua influência em grande parte desses novos reinos germânicos, principalmente, os francos?

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA IGREJA OCIDENTAL NA ALTA IDADE MÉDIA

Em termos organizacionais, a historiadora francesa Mireille Baumgartner, em consonância com Jérôme Baschet, destaca que:

> Durante o período das invasões, no meio das misérias e das violências, a vida religiosa regrediu, exceto nos mosteiros e na cidade romana.

> Bispos instruídos, pertencendo às famílias da velha aristocracia, ocupam-se na *defesa das cidades*; mantêm uma organização e impõem-se aos chefes bárbaros (BAUMGARTNER, 2001, p. 112).

A partir do século VII, vê-se uma renovação provisória, principalmente, na Gália, onde os bispos reorganizam a vida eclesial, pregam, nomeiam sacerdotes para as igrejas próximas a sede episcopal, etc. (BAUMGARTNER, 2001, p. 113).

A essa organização, digamos, mais "logística", devemos acrescentar questões acerca dos ritos e usos que vão se estabelecendo de forma mais concreta no seio da Igreja entre os séculos V e VII, dentre eles, podemos destacar a precisão do ano litúrgico que, apesar das variações locais, compõe-se das festas já instituídas anteriormente, mas que agora são somadas a elas a da Circuncisão, entre o Natal e a Epifania e, ao longo do ano, as dos Santos com jejuns e vigílias.

No século VI a missa é tornada obrigatória ao domingo e na Páscoa, observa-se que, também, nesses dias é proibido o trabalho da terra (posteriormente, ao longo dos anos, a Igreja vai cada vez mais santificando determinados dias com o claro intuito de normatizar a sociedade medieval em diversos aspectos, desde o sexo até a prática militar).

No que diz respeito à liturgia, "cada Igreja tem a sua própria até o século VIII, quando em todos os lados se imporá a de Roma" (BAUMGARTNER, 2001, p. 114). O latim também, de pouco em pouco, torna-se a única língua litúrgica que impera no Ocidente, com raríssimas exceções.

Sobre as partes que a compõe a missa, assim explica Mireille Baumgartner:

> A primeira parte permanece centrada nas três leituras do Antigo Testamento, dos Actos do Apóstolos ou da Epístola, do Evangelho seguidas da homilia, do credo, e da intercessão pela Igreja. São precedidas pelo Intróito, às vezes acompanhado por uma procissão ao canto de um Salmo, e enquadradas por orações, cantos responsoriais e hinos (*Kyrie*, Aleluia, Cântico de Zacarias, Cântico dos três Hebreus na fornalha).
>
> A *segunda parte*, só para os fiéis baptizados, tem por centro a Eucaristia, que é sempre a acção de graças da comunidade. Os assistentes depuseram na entrada as suas esmolas para os pobres e para o clero; depois, as suas oferendas de pão e de vinho são trazidas ao altar em procissão pelos diáconos. Sucedem-se em seguida, nem sempre pela mesma ordem, o Prefácio, o canto do Sanctus, o Memento dos mortos, o beijo da paz, a consagração das oferendas e a partição do pão, a anamnese e a epiclese, uma oração seguida da recitação comum da oração dominical (chamada Pater), por fim, a bênção solene e a comunhão (BAUMGARTNER, 2001, p. 114).

Soma-se a isso, o batismo, cada vez mais importante, se não, fundamental, para a inserção das pessoas no seio da cristandade em formação e, gradualmente, a confissão pública desaparece em prol da confissão privada.

A religiosidade popular ganhar bastante força nesse período o que pode ser constatado com o surgimento do culta a Maria. "Adotam-se festas no Ocidente, no final do século VII: Natividade da Virgem a 8 de Setembro, festa de Maria a 1 de Janeiro, Purificação a 2 de Fevereiro, Anunciação a 25 de Março, Assunção a 15 de Agosto (BAUMGARTNER, 2001, p. 114). Observa-se nesse período o crescimento no número de igrejas consagradas à Virgem.

Como ressaltado por Baschet, nesse período os bispos utilizam-se bastante do culto aos santos, principalmente, os martirizados, para reforçar seu poderio em suas dioceses. As pessoas da Idade Média não só consideravam estes como intercessores junto de Deus, mas atribuíam a eles milagres, reconhece-se, ainda, uma virtude a tudo aquilo que neles tocou. Por este motivo, o culto às relíquias tem muito poder nesse momento, sendo verdadeiros instrumentos político nas mãos não só dos eclesiásticos como também dos laicos.

"Multiplicam-se, então, os roubos de relíquias, concebidos não como atos de vandalismo, mas como empreendimentos piedosos, justificados para o próprio bem do santo, tido como maltratado na sua morada anterior" (BASCHET, 2006, p. 64).

Na Alta Idade Média, "o culto dos santos torna-se um dos fundamentos da organização social, fazendo das relíquias os bens mais preciosos que se pode possuir sobre a terra e os instrumentos indispensáveis de contato com o mundo celeste" (BASCHET, 2006, p. 64).

Ainda segundo Jérôme Baschet,

> Nessa época, os bispos são ainda mais importantes, pois não dependem de nenhuma hierarquia. O bispo de Roma (que se reservará mais tarde o título de papa) beneficia-se, então, apenas de um privilégio honorífico, reconhecido desde a Antiguidade, ao mesmo título que os patriarcas de Constantinopla, Antioquia e Alexandria. Sua eminente opinião é habitualmente solicitada por diferentes partes do Ocidente, mas também por Constantinopla, onde ela tem peso nos debates teológicos. De fato, nos séculos V e VI, o bispo de Roma tem os olhos voltados, sobretudo, para o Império do Oriente, do qual se considera parte integrante (BASCHET, 2006, p. 64 e 65).

Dentro dos aspectos gerais da Igreja Ocidental na Alta Idade Média não podemos ignorar as conturbadas heresias, em grande parte, originárias, nesse momento, no Oriente, no entanto, não deixaram de influenciar também a ecclesia ocidental, por isso, reservamos uma aula específica para tratar desse assunto.

Antes de abordamos sinteticamente uma outra instituição, o movimento monástico, que teve seu início durantes os séculos da Alta Idade Média, juntamente com o fortalecimento dos bispos, gostaríamos de aprofundar

um pouco mais um assunto já destacado na aula anterior: a conversão dos reinos germânicos ao Cristianismo.

A CONVERSÃO DOS REIS GERMÂNICOS

A Igreja, tendo os seus muitos bispos atuando de maneira autônoma em suas dioceses, sentindo-se herdeira do Império Romano, enxerga nos povos germânicos, na sua grande maioria pagãos quando iniciaram a eminente ameaça ao Império, como os grandes inimigos. Como demonstrado na aula anterior, apesar dos ostrogodos, visigodos e vândalos já estarem convertidos quando atravessam o **limes** e penetram no Império, eles não professam a ortodoxia católica, aquela que Constantino oficializou no Concílio de Nicéia, em 325. Ao contrário, esse "povos bárbaros" optaram pela doutrina ariana, considerada nesse mesmo concílio como herética (veremos mais sobre isso nas próximas aulas).

Isso gerou um certo embate entre os "invasores" e as populações católicas dos locais então ocupados por eles, conflito travado, também, principalmente com o clero que, como já ressaltamos, consideravam o arianismo uma heresia.

Assim, os francos, ainda pagãos em finais do século V, diferentemente dos demais reinos germânicos,

> fazem uma escolha politicamente mais pertinente: seu rei Clóvis, que percebe muito bem a força adquirida pelos bispos de seu reino, decide converter-se ao cristianismo (católico_ e faz-se batizar, em companhia de 3 mil soldados de sua armada, por Remígio, bispo de Reims, a catedral obrigatória para a sagração de seus reis. De imediato, a escolha de Clóvis lhe permite estar em acordo com as populações e o clero de seu reino e obter, assim, o apoio dos bispos para seus empreendimentos militares contra os visigodos arianos (BASCHET, 2006, p. 61).

“Clóvis, rei dos francos” em tela pintada por François-Louis Dejuinne (1786-1844).
Nessa tela, é possível observar como os modernos “imaginaram” o rei dos francos. (Disponível em: http://www.culture.gouv.fr/public)

Em tempo, os demais reinos “bárbaros” sejam eles ainda pagãos ou cristãos arianos, vão paulatinamente se convertendo a ortodoxia romana, é claro que isso não significa que todos os habitantes dos territórios pertencentes a cada um desses reinos tenham adotado automaticamente a religião da liderança. No entanto, nos alerta Baschet:

> Mesmo se as datas indicam apenas a conversão dos líderes e não uma difusão geral do cristianismo, doravante o Ocidente é por inteiro uma cristandade (católica) e a fronteira móvel – mas sempre presente durante a Alta Idade Média – em que cristãos e pagãos entravam em contato só continua a existir de maneira residual (BASCHET, 2006, p. 63).

Frente estas considerações de conjunto sobre a conversão dos reinos germânicos, passamos agora a abordar essa nova instituição que surge no seio da cristandade medieval e que, de certo modo, contribuiu bastante para o desenvolvimento cultural do período: o movimento monástico.

O MOVIMENTO MONÁSTICO NO OCIDENTE

Como foi possível perceber nosso objetivo é traçar linhas gerais sobre os assuntos tratados nesse material didático. Para tal, nos vemos diante da necessidade de optar por determinados recortes temáticos. Dentro do assunto Igreja Ocidental na Alta Idade Média, é possível verificar que optamos por não tratar do fortalecimento do bispo de Roma, que se converterá no decorrer da Idade Média naquele que ocupará o chamado "trono de São Pedro" e o que ainda hoje é conhecido pela alcunha de *papa*.

Pois bem, optamos assim no desenvolvimento do nosso raciocínio a expor a partir de agora as características gerais do monacato entre os séculos V e X, ou seja, o período que estamos denominando Alta Idade Média.

Como explicou C. Hugh Lawrence, professor emérito de História no Royal Holloway e no Bedford New College, Universidade de Londres no seu verbete "monasticismo", presente no *Dicionário da Idade Média*, organizado por Henry R. Loyn:

> A palavra "monge" deriva do grego *monos*, que significa "solitário"; o monasticismo cristão, em sua mais antiga forma, era um modo de vida adotado por ascetas solitários ou anacoretas. Na Europa ocidental e no Oriente bizantino, o monasticismo medieval teve sua origem em duas formas distintas de vida ascética que se manifestaram no Egito no começo do século IV. Uma delas era a vida eremítica (do grego *eremos*, "deserto") dos anacoretas do deserto, cujo pioneiro e líder foi Santo Antão (c. 251-356). A outra foi a vida cenobítica (do grego *koinon*, "comum") de monges que seguem um regime comum em comunidades organizadas, que se diz ter sido iniciado por São Pacômio (c. 292-346), ao estabelecer comunidades de homens e mulheres na região da Tebas egípcia por volta de 320. A vida cenobítica obteve a aprovação de São Basílio de Cesaréia, que promoveu o ideal das Igrejas orientais, onde suas Regras para monges o levaram a ser considerado o pai do monasticismo ortodoxo. A tradição monástica do Egito foi transmitida ao Ocidente no final do século IV, através da disseminação da literatura acerca do padres do deserto [...] (LAWRENCE *apud* LOYN, 1997, p. 260).

Em princípios do século V o movimento monástico finca definitivamente os pés no Ocidente, sendo trazido do Oriente por João Cassiano. Porém, é a partir do século VI que os mosteiros se multiplicam na Itália, Gália, Espanha e Irlanda, sendo um fenômeno de iniciativa dos bispos e, em alguns casos, de particulares.

Devemos levar em consideração não somente esse crescimento numérico de estabelecimentos monásticos, mas, também, como ressalta Mireille Baumgartner, a intensa vida espiritual que se torna um modelo e, ainda, em alguns casos, certa "preocupação cultural" (BAUMGARTNER, 2001, p. 117).

Baschet chega a ressaltar que o sucesso da instituição monástica é considerável. A tal ponto que, segundo ele, no século VI, a palavra "conversão" adquire um novo sentido:

> Ela não significa mais apenas a adesão a uma nova fé, mas também a escolha de uma vida resolutamente distinta, marcada pela entrada em um monastério. Com efeito, se os primeiros discípulos de Cristo eram uma elite cuja escolha árdua podia ser vista como sinal segura da eleição divina, a partir de agora, em uma sociedade tornada inteiramente cristã, alguns se perguntam se a qualidade de cristão é uma garantia suficiente para alcançar a salvação (BASCHET, 2006, p. 66).

Não podemos deixar de comentar sobre a *renovação* trazida pela regra beneditina. Em 525, Bento de Núrcia (480-546), funda o mosteiro do Monte Cassino e gradualmente sua regra foi tornando-se conhecida e adotada por diversos mosteiros a partir dos séculos VII e VIII na Gália e na Inglaterra. Contudo, foi no século IX que ela passou a ser considerada modelo para a observância monástica no Ocidente, principalmente, pela "promoção ativa de Carlos Magno e Luís, o Piedoso, que impuseram a Regra Beneditina às abadias existentes em seus domínios" (LAWRENCE *apud* LOYN, 1997, p. 260).

A Regra de São Bento comporta os votos de pobreza, de castidade e obediência e os deveres de oração, trabalho e caridade.

Como destaca Mireille Baumgartner:

> Os ofícios litúrgicos quotidianos tornam-se mais precisos, com leituras da Bíblia, orações e canto dos salmos: matinas, prima, tércia, sexta, noa, véperas, completas; a Eucaristia é também celebrada cada dia.
>
> O trabalho manual e agrícola deixar-se-á para os camponeses e os servos; os monges consagrar-se-ão a tarefas culturais: iluminura, cópia de textos antigos, redacção de textos litúrgicos (BAUMGARTNER, 2001, p. 117).

Deste modo, a partir do século IX o monaquismo conhece um grande desenvolvimento e o contingente de monges supera o número dos sacerdotes. A Regra Beneditina se generaliza de vez e toma de assalto praticamente todos os monastérios. Vêem-se cada vez mais os mosteiros enriquecendo através das doações dos laicos. Esse quadro se prolongará por todo o século X, tomando mais força no período de maior hegemonia do feudalismo.

Finalmente, Jérôme Baschet chega a conclusão que: "Espiritual e ideologicamente, a aparição do movimento monástico é, então, o contragolpe da formação de uma sociedade que se quer inteiramente cristã, mas se admite necessariamente imperfeita" (BASCHET, 2006, p. 67). O movimento monástico é o refúgio de um

> ideal ascético em meio a um mundo que a teologia moral de Agostinho e de Gregório entrega à onipresença do pecado. Mas ele é

> também o instrumento de um aprofundamento da cristianização do espaço ocidental e da penetração da Igreja nos campos (BASCHET, 2006, p. 67).

CONCLUSÃO

Foi possível observar primeiramente que não somente as chamadas invasões germânicas proporcionaram a desfragmentação ou mesmo ruína do Império Romano do Ocidente, dentre os muitos fatores abordados pela historiografia específica é possível somar também a própria cristianização do mesmo. Ao mesmo tempo, nessa aula pudemos constatar que nesse contexto, a Igreja, por meio da atuação dos bispos, foi de pouco em pouco absorvendo de maneira mais ativa as estruturas imperiais, conduzindo-se assim para o que poderíamos denominar de institucionalização eclesiástica.

O fato da maioria dos reinos germânicos num primeiro momento serem pagãos ou cristãos arianos gerou conflito entre o clero católico, entretanto, com a conversão do rei franco Clóvis a Igreja passa a contar, de certo modo, com um braço laico e armado para conter o poderio das demais monarquias e, ao mesmo tempo, dar início a um processo de conversão desses reinos mesmo que de maneira forçada, assim, gradativamente, os francos também foram impondo seu poderio no Ocidente Alto Medieval.

Por fim, não deixamos de abordar os aspectos mais gerais do florescimento monástico no Ocidente, este que ao lado da organização eclesiástica um fenômeno que não pode ser renegado.

RESUMO

Nesta aula procuramos demonstrar como o Cristianismo, ao lado das invasões germânicas, contribuiu para o fim do Império Romano do Ocidente. Nosso objetivo também foi o de analisar as características gerais da Igreja Medieval no Ocidente no período entre os séculos V e X: a atuação dos bispos e o florescimento monástico.

ATIVIDADES

1. Analise a importância dos bispos como "pilares incontestáveis da Igreja".
2. Identifique os motivos para os embates entre os germanos e as populações locais das áreas romanas por eles recém-conquistadas.
3. O que se modificou do seu entendimento sobre a Igreja na Alta Idade Média?
4. Utilize os livros do seu Pólo e a Internet para saber mais sobre o tema desta aula.

AUTO-AVALIAÇÃO

1. Através dessa aula foi possível compreender os aspectos gerais da Igreja Medieval no decorrer da Primeira Idade Média e da Alta Idade Média?

PRÓXIMA AULA

Na próxima aula trataremos das heresias que ocorreram entre os séculos IV e VI no Ocidente Medieval.

REFERÊNCIAS

BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal: Do ano mil à colonização da América**. São Paulo: Globo, 2006.
BAUMGARTNER, Mireille. **A Igreja no Ocidente: Das origens às reformas no século XVI**. Lisboa: Edições 70, 2001.
LE GOFF, Jacques. **A civilização do Ocidente Medieval**. Bauru, SP: Edusc, 2005.
__________; SCHMITT, Jean-Claude. (Coords.). **Dicionário Temático do Ocidente**. Bauru: Edusc; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. 2v.
LOYN, Henry R. (Org.). **Dicionário da Idade Média**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.